

MICHÉLLE BARRETO JUSTUS
(ORGANIZADORA)

ENSINO, PESQUISA E REALIZAÇÕES 2

Atena
Editora

Ano 2019

Michéle Barreto Justus
(Organizadora)

Ensino, Pesquisa e Realizações 2

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora
Copyright © Atena Editora
Copyright do Texto © 2019 Os Autores
Copyright da Edição © 2019 Atena Editora
Editora Executiva: Prof^a Dr^a Antonella Carvalho de Oliveira
Diagramação: Natália Sandrini
Edição de Arte: Lorena Prestes
Revisão: Os Autores

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^a Dr^a Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Prof^a Dr^a Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof^a Dr^a Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof^a Dr^a Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof^a Dr^a Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof^a Dr^a Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof^a Dr^a Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof^a Dr^a Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof.^a Dr.^a Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Conselho Técnico Científico

Prof. Msc. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Msc. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Prof.ª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Prof. Msc. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Msc. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Prof. Msc. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof.ª Msc. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Msc. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof.ª Msc. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

| Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG) | |
|---|---|
| E59 | Ensino, pesquisa e realizações [recurso eletrônico] / Organizadora Michéle Barreto Justus. – Ponta Grossa, PR: Atena Editora, 2019. – (Ensino, Pesquisa e Realizações; v. 2) Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-85-7247-658-4 DOI 10.22533/at.ed.584192709 1. Ciência – Brasil. 2. Pesquisa – Metodologia. I. Justus, Michéle Barreto. II. Série. CDD 001.42 |
| Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422 | |

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

Este e-book apresenta 6 artigos relacionados à temas pertinentes ao universo educacional, a partir de experiências e realizações provenientes do Ensino Superior.

Organiza-se em torno de temas referentes ao campo da Pedagogia, da Formação de Professores e da Inclusão; e ao estudo sobre uma metodologia de ensino voltados à área matemática.

Com textos curtos e linguagem assertiva, este material consolida-se como uma importante leitura aos interessados nos processos de ensino e aprendizagem e nas experiências do cotidiano escolar.

Michéle Barreto Justus

SUMÁRIO

I. ÁREA TEMÁTICA: PEDAGOGIA, FORMAÇÃO DE PROFESSORES E INCLUSÃO

CAPÍTULO 1 1

PEDAGOGIA HISTÓRICO-CRÍTICA: CONCEITO DE CURRÍCULO E PRINCÍPIOS CURRICULARES

Pauliane Gonçalves Moraes

DOI 10.22533/at.ed.5841927091

CAPÍTULO 2 8

(RE) LEITURA DA PROPOSTA EDUCACIONAL CATÓLICA

Francisco de Assis Carvalho

DOI 10.22533/at.ed.5841927092

CAPÍTULO 3 20

A EDUCAÇÃO ESTATÍSTICA CRÍTICA ARTICULADA COM O TEMA TRANSVERSAL MEIO AMBIENTE: UMA EXPERIÊNCIA NA GRADUAÇÃO

Dilson Henrique Ramos Evangelista

Cristiane Johann Evangelista

DOI 10.22533/at.ed.5841927093

CAPÍTULO 4 28

PROMOÇÃO DA SAÚDE - COMBATE A OBESIDADE: ANÁLISE DOS CONTEÚDOS DE APRENDIZAGEM EM LIVRO DIDÁTICO DE BIOLOGIA

Sthefany Caroline Bezerra da Cruz-Silva

Antonio Sales

DOI 10.22533/at.ed.5841927094

CAPÍTULO 5 35

MATEMÁTICA INCLUSIVA: ALUNO SURDO

Dânei de Oliveira Preato

Adilson Rosa Teixeira

Roseli Maria de Jesus Soares

Queila Barbosa Alves Druzian

DOI 10.22533/at.ed.5841927095

II. ÁREA TEMÁTICA: METODOLOGIAS DE ENSINO

CAPÍTULO 6 43

O USO DO SOFTWARE GEOGEBRA COMO UM DOS RECURSOS TECNOLÓGICOS APLICADOS AO ENSINO DA MATEMÁTICA

Frederico Trindade Teófilo

Daniela Fontana Almenara

Elexlhane Guimarães Damasceno de Siqueira

Daniel Cassimiro Mendes

Gleisivani Rodrigues Saldanha

Jacinta dos Santos Silva

Mônica Guimarães da Fonseca

Franciele Biella Sá Monteiro

DOI 10.22533/at.ed.5841927096

SOBRE A ORGANIZADORA 54

ÍNDICE REMISSIVO 55

MATEMÁTICA INCLUSIVA: ALUNO SURDO

Dânlei de Oliveira Preato

Escola Família Agrícola Dom Antonio Possamai –
EFADAP
Rolim de Moura-RO

Adilson Rosa Teixeira

Centro Técnico Estadual de Educação Rural
Abaitará
Cacoal-RO

Roseli Maria de Jesus Soares

Secretaria da Educação - Seduc
Cacoal-RO

Queila Barbosa Alves Druzian

Conselho Regional de Química 14ª Região
Cacoal-RO

RESUMO: O presente artigo elucidar a inclusão do aluno surdo no ensino regular, concordando com a importância desse direito, e assim, de forma sucinta destaca as bases legais que asseguram essa modalidade, define o que é a inclusão, as dificuldades enfrentadas pelo aluno surdo e/ou com surdez nesse processo, expondo também o papel da escola e do professor. A escola tem como função desenvolver recursos que auxiliem a inclusão do estudante com necessidades especiais no seu espaço físico e pedagógico, desenvolvendo o Projeto Político Pedagógico (PPP) sem restrições a esses educandos. Ao contrário, eles devem ser incluídos em suas pluralidades, bem

como os objetivos a curto, médio e longo prazo que se quer atingir. O professor, por seu turno, tem um papel fundamental como mediador dos processos de ensino-aprendizagem numa escola inclusiva, e o aluno, com necessidades especiais, serão recebidos em sala de aula por esse docente. A pesquisa foi realizada através de levantamentos bibliográficos por meios de documentos verídicos e legítimos. Torna-se considerável nos dias atuais, defender que a educação é um direito de todos, e que o mesmo está assegurado na Constituição Federal, preocupando-se não só garantir o ingresso, mas estruturar de forma que ele o mesmo permaneça e tenha sucesso nesse percurso escolar, nos diferentes níveis de ensino ao sabe-se que o Brasil tem avançado no que tange à criação de leis, amparo e resguardo ao aluno com surdez.

PALAVRAS-CHAVE: Matemática, Aluno Surdo, Inclusão.

INCLUSIVE MATHEMATICS: DEEP STUDENT

ABSTRACT: This article elucidates the inclusion of the deaf student in regular education, agreeing with the importance of this right, and thus succinctly highlights the legal bases that ensure this modality, defines what is inclusion, the difficulties faced by the deaf student and / or with deafness in this process, also exposing the role of the school and the teacher. The school

has the function of developing resources that help the inclusion of students with special needs in their physical and pedagogical space, developing the Political Pedagogical Project (PPP) without restrictions to these students. On the contrary, they must be included in their pluralities, as well as the short, medium and long-term goals that they want to achieve. The teacher, in turn, has a fundamental role as mediator of the teaching-learning processes in an inclusive school, and the student, with special needs, will be received in the classroom by this teacher. The research was carried out through bibliographic surveys by means of true and legitimate documents. It is nowadays considerable to defend that education is a right of all, and that it is guaranteed in the Federal Constitution, not only to ensure entry, but also to structure it so that it remains and is successful in that at different levels of education, as it is known that Brazil has advanced in relation to the creation of laws, protection and safeguard for students with deafness.

KEYWORDS: Mathematics, Deaf Students, Inclusion.

1 | INTRODUÇÃO

Discorrer sobre o processo de ensino aprendizagem do aluno surdo requer que seja debatido sobre Inclusão Escolar, o qual é de caráter mundial. Nesse contexto, o presente artigo tem como finalidade demonstrar o papel da escola e do professor no processo de inclusão, trazendo o que tem que ser feito para que de fato essa inclusão ocorra.

O trabalho inicia-se discorrendo sobre a inclusão escolar trazendo as bases legais que asseguraram a matrícula do aluno com necessidades especiais, a qual muitos gestores desconhecem e respondem sem respaldo legal diante da realidade. Para Ribas (2007, p 17) “embora se saiba que uma pessoa com deficiência tem o mesmo direito à educação, trabalho, segurança, saúde, etc. que os indivíduos sem deficiência, não estamos suficientemente instrumentalizados para garanti-los amplamente a todos”.

O artigo se embasa em revisão bibliográfica em livros, revistas, artigos, dissertações e teses, os quais debatem a mesma temática, com o objetivo de contrapor a realidade e pesquisas existentes, assim, busca soluções viáveis para resolver as barreiras e problemas enfrentados pelo aluno surdo no processo de inclusão escolar no ensino comum.

2 | INCLUSÃO ESCOLAR

O Brasil vem se destacando pelos avanços legais com finalidade de amparar e resguardar o direito dos alunos surdos e/ou com surdez no ensino regular, tendo a Constituição Federal de 1988 e Leis Educacionais que resguardam esse direito.

A matrícula e a continuidade do discente com necessidade especial,

especialmente do aluno surdo no ensino regular brasileiro, não configuram por si só em inclusão escolar. O termo inclusão é derivado da palavra “incluir”, que se define como introduzir, já escolar é derivado de “escola”, cuja sua definição é estabelecimento onde se ensina. Partindo desse contexto, inclusão escolar é acolher de um modo generalizado, qualquer sujeito, sem restrição, de cor, nível social e aspectos físicos e psicológicos.

Partindo desse pressuposto, Carvalho (2016) defende que os alunos surdos enfrentam grandes dificuldades na comunicação dentro das salas de aula, já que eles não entendem a escrita da língua portuguesa, assim como o aluno ouvinte desconhece a língua de sinais. Muitos professores também não têm conhecimento da língua de sinais para que possa de maneira fluída transmitir a explicação dos conteúdos explicados em sala de aula ao aluno surdo, comprometendo no processo de ensino e aprendizado desses educandos.

Embora a inclusão escolar seja considerada como um mecanismo para se chegar de fato à inclusão social, fica evidente que tal fator não foi almejado nas escolas “inclusivas”, visto que na maioria das instituições de ensino regular do Brasil é constituído de professores e alunos ouvintes que não apresentam um domínio amplo e fluído da LIBRAS, ou até mesmo a desconhecem. Desse modo, a cultura surda é desconsiderada afetando o ensino e aprendizagem do discente, em que nas maiorias das escolas a cultura ouvinte predominante.

Segundo Sassaka (2002) descreve que uma escola inclusiva procede, permanentemente, de mudanças em seu sistema, adaptando o ambiente escolar, readequando suas metodologias e capacitando seu corpo docente e demais funcionários da comunidade escolar, inclusive alunos e a sociedade em seu entorno para que de fato a escola seja inclusiva.

Rechico e Marostega (2002, p.23) que ao defender a educação de surdos no ensino regular, evidencia várias dúvidas, incerteza se esse conhecimento diferenciado é apto para introduzir no ambiente sem mudar o conceito dos ouvintes, ou se é mais uma experiência que está ligada à exclusão, por não compreender o surdo como uma minoria linguística.

3 | PERFIL DA ESCOLA

A escola tem como função desenvolver recursos que auxiliam a inclusão do estudante surdo e/ou com surdez no seu espaço físico e pedagógico, desenvolvendo o Projeto Político Pedagógico (PPP) sem restrições desses alunos. Ao contrário, eles devem ser incluídos em suas pluralidades, bem como os objetivos a curto, médio e longo prazo que se quer atingir.

Discorrendo desse pressuposto Carvalho (2016) o Projeto Político Pedagógico deve trazer em seu desenvolvimento extensões culturais que apresentem os princípios

filosóficos que conduzem a instauração dos objetivos a serem alcançadas, condições políticas para estruturação peculiar do ambiente escolar e aspectos práticos para elaborar habilidades pedagógicas em sala de aula, como procedimentos que sejam facilitadores do aluno, professores e pais que deles carecem.

Em vista disso, uma escola que almeja um perfil inclusivo devem não apenas com as metodologias de ensino, mas também com o processo de capacitação e adaptação de seus professores e demais funcionários de seu ambiente, almeja desenvolver projetos nesse ambiente para mesclar toda escola em um princípio inclusivo, e o principal, planejará e valorizará o conhecimento do aluno nos aspectos: social, motor, cognitivo e afetivo, valorizando suas habilidades e competências, respeitando suas limitações.

4 | PAPEL DO PROFESSOR

Segundo a Reily (2001) o professor tem um papel fundamental como mediador dos processos de ensino-aprendizagem numa escola inclusiva. Seu primeiro contato com o aluno surdo e/ou com surdez será primordial perante os demais alunos da sala, pois será através da atitude do professor perante essa necessidade que a sala irá vê-lo. Também compete ao professor organizar os trabalhos pedagógicos e pensar estratégias para garantir que todos tenham possibilidades de participar e aprender, mesclando as diferenças para que de fato a inclusão ocorra.

A inclusão exige que o educador amplie as competências que já possui: observa, investiga, planeja de acordo com o aluno que possui, avalia continuamente seu trabalho, redimensiona o seu planejamento (BATISTA. p.28. 2001.).

O professor carece de aptidões para lidar com as desigualdades, superar suas implicações e estar a todo instante ágil para corresponder às novas situações e episódios que podem ocorrer dentro da sala. Dessa forma, diante do aluno surdo, o professor deve entender e ter conhecimento da Língua de Sinais – LIBRAS, para que ele possa conversar contextualizando o ensino com o meio sociocultural do aluno e transmitir os conteúdos ensinados na sala de aula.

Foi comprovada a incapacidade da escola para educar o surdo nos moldes “convencionais”, devido a sua vocação pra a permanência dos processos pedagógicos, sendo constatado que a Libras é o recurso inicial necessário pra a verdadeira emancipação dos surdos e sua inclusão tanto escolar quanto social (CARVALHO 2007, p.33).

Discorrendo de tal afirmação de Carvalho (2007), fica evidente a importância da LIBRAS no ambiente escolar, bem como a do profissional da educação estar sempre se atualizando com as novas tendências pedagógicas inovando nos conteúdos, buscando sempre o ponto de desequilíbrio do aluno, tirando-o da zona “cômoda”, e se especializando para possibilitar o ensino aprendizagem do surdo, pois só assim a escola de fato irá cumprir seu papel de inclusão, já que através da língua haverá

aprendizagem.

5 | SUBSTITUINDO O NÚMERO POR SINAIS

O saber matemático é um conhecimento vivo, centralizado, construído historicamente em consonância com as necessidades sociais, e de teorias que ampliam essas concepções.

A matemática é um objeto sociocultural de conhecimento resultante da evolução do homem, um objeto com formas que cumpre várias funções é também foco de discussões em relação à inclusão de surdos nos ambientes escolares. (RABELO, 2002. p. 17).

O processo de ensino e aprendizagem da matemática necessita de uma relação da matemática elaborada cientificamente, sendo encarada como matemática formal, com a matemática desenvolvida por meio dos conhecimentos adquiridos pelo meio sociocultural do aluno surdo através de observações do seu meio. Neste seguimento, compreendem que o aluno chegue ao ambiente escolar com um conhecimento prévio, convicções e intuições, adquiridos pelas observações de seu meio sociocutural.

A matemática sempre desenvolveu crenças e implicâncias no meio social, devido a isso, acaba-se destacando em relação às demais disciplinas, e muitos acreditam que ela está voltada às pessoas com mais facilidade em cálculos. Porém para Lopes (2001 apud MACHADO, 2005) todas as pessoas em perfeitas condições físicas e mentais conseguem desenvolver um conhecimento matemático.

Barbosa (2008) e Nunes e Moreno (1998) ressaltam que a surdez por si só não acarreta o retardamento na aprendizagem da matemática, pois o que seria capaz de provocar detrimento no processo de ensino e aprendizado matemático é os incentivos linguísticos limitados, tendo como exemplo o acesso atrasado a Libras. Barbosa (2008) afirma ainda que fatos que acontecem no cotidiano desse aluno surdo também causas e diretas complicações para o declínio linguístico, tanto para o aluno surdo, quanto para o ouvinte. As adaptações de recursos de acesso específico ao aluno surdo indicado pelo MEC (Brasil, 2000, p. 80) são:

Materiais e equipamentos específicos: prótese auditiva, treinadores de fala, tablado, softwares educativos e específicos;

Textos escritos complementados com elementos que favoreçam a sua compreensão: linguagem gestual, língua de sinais e outros;

Sistema alternativo de comunicação adaptado às possibilidades do aluno: leitura orofacial, linguagem gestual e de sinais;

Salas-ambientes para treinamento auditivo, de fala, rítmico, etc.;

Posicionamento do aluno na sala de aula de tal modo que possa ver os movimentos orofaciais do professor e dos colegas;

Material visual e outros de apoio, para favorecer a apreensão das informações expostas verbalmente. (BRASIL, 2000, p. 80).

Pesquisadores do século XX e XXI apontam que alunos surdos conseguem um bom desenvolvimento escolar, mediante as matérias didáticas adaptadas. Dessa forma, torna-se necessário que professores e demais profissionais da educação, que desenvolvem o processo educacional com esses alunos, que busquem estímulos, linguísticos e metodologias, possibilitando a eles, minimizar as dificuldades e barreiras matemáticas presentes nos níveis de ensino. (NUNES e MORENO, 2002).

Ao ensinar matemática para os surdos pouco tem sido levado em consideração, tais como: características psicológicas dos alunos, o modo como se estruturam os conceitos lógicos – matemáticos e diversas formas de aprendizagem, como é o caso de LIBRAS. (CARRAHER et al, 1995 - apud LOBATO, 2013).

Por conseguinte, para que transforme a matemática em inclusiva ao aluno surdo, faz-se necessário um maior número de materiais didáticos adaptados, e não só materiais, mas também que a escola se adapte seu meio sociocultural ao do aluno.

6 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir das revisões bibliográficas que fundamentaram a pesquisa, evidenciou-se um avanço nas Leis brasileiras que amparam o aluno surdo nas escolas do país, como a Constituição Federal do Brasil de 1988, Leis educacionais, entre elas a Lei nº 9.394 de 1996 conhecida também como Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). Verificou-se que os direitos constitucionais dos alunos surdos e/ou com surdez foram garantidos de certa forma, pois todos podem frequentar as classes de aula do Brasil, e a escola, por seu turno, não pode mais negar a matrícula para pessoas com necessidades especiais.

Apesar dos avanços conquistados pela comunidade surda, esses constatados em pesquisas ainda não foram obtidos uma educação inclusiva nas escolas, uma vez que garantiu a matrícula e permanência do aluno com necessidades especiais, porém não o ensino de qualidade. Mesmo com a valorização da LIBRAS e da inclusão do aluno surdo demonstrados em documentos, questiona-se a inclusão dos surdos, visto que as leis, decretos, diretrizes entre outros documentos foram divulgados, mas não implementados na sociedade como um todo.

Nota-se que a comunidade escolar, os pais e principalmente a comunidade surda devem permanecer, requerendo seus direitos linguísticos. As escolas necessitam cumprir com exatidão o que preconiza a legislação, a fim de cumpri-la em seu meio sociocultural e acolher os alunos surdos sem maiores restrições, adaptando seu currículo em conformidade com sua necessidade específica dos surdos, com materiais visuais, provas adaptadas para Libras, se possível, formar salas bilíngues e também lugar para a escola bilíngue e permitir o acompanhamento desse aluno por um intérprete na sala de aula regular.

Apenas com essas medidas, pode-se pensar na inclusão do surdo no ensino regular; do contrário, vivencia-se a integração disfarçada de inclusão. Seria melhor, então, que o aluno frequentasse uma escola ou classe especial que atendesse às suas necessidades educacionais especiais, de modo específico, do que ficar, ou tentar ser incluído apenas socialmente.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, H. **O Desenvolvimento de Conceitos e Procedimentos Numéricos de Crianças Surdas e Não-Surdas de idade Pré-Escolar**. Relatório Final de Pós-Doutorado. CNPq. 2008.

BAPTISTA, C. R. **Inclusão ou exclusão?** In: VEIGA-NETO, A.; SCHMIDT, S. (Orgs.). *A educação em tempos de globalização*. Rio de Janeiro: DP&A, 2001. p.20-40.

LOBATO, M. J. S. **O aluno surdo e o ensino de matemática: desafios e perspectivas na escola regular de ensino em natal**, RN, 2013. Disponível em: < <http://www.conferencias.ulbra.br/index.php/ciem/vi/paper/viewFile/815/69> > Acesso em: 30 Set. 2016.

BRASIL. **Constituição de 1988**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado, 1988. < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm > Acesso em: 26 jun. 2016.

_____. **Lei Nº 10.098**, Presidência da República, 19 de Dezembro de 2000. < http://www.planalto.gov.br/Ccivil_03/LEIS/L10098.htm > Acesso em: 22 jun. 2016.

_____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei Nº 9.394, 20 de dezembro de 1996. Brasília, Ministério da Educação, 1996. < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm > Acesso em: 18 jun. 2016.

_____. **Diretrizes Operacionais do Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial**. Brasília, 2009.

CARVALHO, Paulo Vaz de. **Breve História dos Surdos no Mundo**. SurdUniverso; 2007.

LOPES, Maria da Glória. **Jogos na educação: criar, fazer, jogar** – 4ª ed. Ver. São Paulo : Cortez, 2001.

MACHADO. K. da S. **A prática da inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais em classe regular: um estudo de caso com abordagem etnográfica**. (Dissertação de Mestrado). Universidade do Estado do Rio de Janeiro, RJ, 2005

NUNES, T.; MORENO, C. **Is hearing impairment a cause of difficulties in learning mathematics?** In: DONLAN, C. (Ed.). *The development of mathematical skills: studies in developmental psychology*. Hove, UK: Psychology Press, 1998. p. 227-254.

NUNES T.; MORENO, C. **An intervention program for promoting deaf pupils' achievement in mathematics**. *Journal of Deaf Studies and Deaf Education*, v. 7, n. 2, p. 120-133, 2002.

RABELO, E. H. **Textos Matemáticos**: produção, interpretação e resolução de problemas .4.ed. ver. E ampl. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

REILY, Lucia Helena. PORTAL PAPIRUS. **Estratégias pedagógicas na escola inclusiva**, Entrevistado: 2005. Disponível em: <http://www.papirus.com.br/entrevista_detalhe.aspx?chave_entrevista=7 > Acesso em: 23 Set. 2016

RECHICO, C. F. & MAROSTEGA, V. L. (Re) **pensando o papel do educador especial no contexto da inclusão de alunos surdos**. Revista do Centro de Educação. v. 19, 2002, p. 23.

RIBAS, João. **Preconceito contra as pessoas com deficiência: as relações que travamos com o mundo**. São Paulo: Cortez, 2007.

SASSAKI, R. K. **Inclusão: construindo uma sociedade para Todos**. 3. ed. Rio de Janeiro, WVA, 1997.

SOBRE A ORGANIZADORA

MICHÉLLE BARRETO JUSTUS Mestre em educação pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG) em 2015, especialista em Gestão Escolar pelo Instituto Tecnológico de Desenvolvimento Educacional (ITDE) em 2009, pedagoga graduada pela UEPG em 2002 e graduada em Psicologia pela Faculdade Sant'Anna (IESSA) em 2010. Autora do livro “Formação de Professores em Semanas Pedagógicas: A formação continuada entre duas lógicas”. Atua como pedagoga na rede estadual de ensino.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Álgebra 43, 46, 48, 49, 50, 51

Aluno Surdo 6, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41

C

Currículo 1, 2, 3, 4, 5, 6, 20, 26, 40, 48, 49, 50, 53

E

Educação 1, 3, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 26, 27, 28, 29, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 40, 41, 42, 44, 45, 50, 53, 54

Educação Ambiental 20, 23, 26

Educação Estatística Crítica 6, 20, 21, 22, 26

Escola 2, 3, 4, 6, 8, 9, 13, 14, 15, 17, 18, 19, 28, 29, 32, 34, 35, 36, 37, 38, 40, 41, 45, 53

Escola Católica 8, 13, 18, 19

Estatística Crítica 6, 20, 21, 22, 26

F

Funções 2, 10, 39, 46, 47, 48, 49, 51

G

Geogebra 6, 43, 44, 46, 47, 48, 51, 52, 53

Geometria 43, 45, 46, 48, 50, 51, 53

H

Humanismo 8, 19

I

Inclusão 5, 6, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 45

L

Libras 37, 38, 39, 40

Livro Didático 6, 28, 29, 30, 32, 33, 34

M

Magisterium 9

Matemática 5, 6, 20, 22, 27, 35, 39, 40, 41, 43, 46, 48, 49, 50, 52, 53

Modelagem 20, 21, 24, 25, 26, 48

O

Olimpíadas de Matemática 48

P

Parâmetros Curriculares Nacionais 44, 53

Pedagogia histórico-crítica 1, 2, 3, 4, 6, 7

Princípios curriculares 1, 4, 5, 6

Professor 3, 24, 27, 29, 30, 33, 35, 36, 38, 39, 46, 48, 49, 50, 51, 52, 53

Projeto Político Pedagógico 35, 37

Projetos educacionais 43, 44, 49, 52

Promoção da saúde 6, 28, 29, 33

S

Software 6, 43, 44, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53

T

Tecnologias 14, 43, 44, 45, 49, 50, 52, 53

Tipologia dos Conteúdos 28

Z

Zabala 28, 30, 31, 34

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-658-4

